



Volume 7, número 2, mai./jul., 2018

ISSN: 2317-0352

Participação popular, cidadania e clientelismo na “favela da ciclovia”, no município de Niterói/RJ: entre práticas e representações

Popular participation, citizenship and clientelism in the "favela da ciclovia", in the municipality of Niterói, RJ - between practices and representations.

Patricia Zürcher

Doutoranda em Política Social UFF/Université de Nice Sophia Antipolis. Bolsista CAPES. Mestra em Educação/ UFF. Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais/ UFF. Técnica em Assuntos Educacionais/UFRJ. Niterói, RJ, Brasil. E-mail: patriciazurcher@hotmail.com.

Adilson Cabral

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) no Curso de Comunicação Social e nos Programas de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano e de Estudos Pós-graduados em Política Social. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Doutor e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). E-mail: acabral@comunicacao.pro.br

Resumo

O presente trabalho se origina no bojo de uma investigação mais ampla acerca dos limites e possibilidades de protagonismo participativo das populações em situação de precariedade habitacional, na condução das ações destinadas a atendê-las. A partir da observação da trajetória de uma família pioneira na ocupação da orla da lagoa de Piratininga, em Niterói, RJ, - ameaçada de remoção pelo projeto “Bosque lagunar” da prefeitura municipal – procura-se compreender as formas singulares de participação popular e cidadania, entrelaçadas com o renitente clientelismo, que se expressam na localidade. Através da análise das práticas e representações dos sujeitos em suas lutas cotidianas, propõe-se o reconhecimento de suas táticas e estratégias enquanto expressões legítimas de participação, no sentido de conquistar o direito à moradia, cujo acesso, mesmo que universalmente proposto na Constituição Federal, ainda assim não está garantido.

Palavras-chave: Moradia. Participação. Cidadania. Representações.

Abstract

The present work originates from a broader investigation about the limits and possibilities of participative protagonism of the populations in situation of precarious housing, in the conduct of the actions destined to attend them. From the observation of the path of a pioneer family in the occupation of the edge of the Piratininga lagoon, in Niterói, RJ, - threatened with removal by the project "Lagoon Grove" of the city hall - seeks to understand the singular forms of popular participation and citizenship, intertwined with the relentless clientelism, that express themselves in the locality. Through the analysis of the practices and representations of the subjects in their daily struggles, it is proposed the recognition of their tactics and strategies as legitimate expressions of participation, in the sense of conquering the right to housing, whose access, even if universally proposed in the Federal Constitution, it is still not guaranteed.

Key words: Housing. Participation. Citizenship. Representations.

Introdução

Os questionamentos que ensejaram a pesquisa cujo desdobramento deu origem ao presente trabalho são provenientes de duas situações bastante distantes no tempo, nem tanto no espaço, mas relativas a uma mesma questão: o direito à moradia. A primeira se refere à participação num grande

projeto de regularização fundiária realizado em Niterói, no início da década de 1990, pelo Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais Urbanos da UFF – NEPHU – em convênio com a Secretaria de Estado para Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos – SEAF, que previa a titulação de 6.580 famílias numa área de 1.685.000 metros quadrados, na região de Pendotiba¹. A segunda se desenha a partir da apresentação de um projeto para debate com os ocupantes da orla da Lagoa de Piratininga (localidade conhecida como “favela da ciclovia”) no mesmo município, por parte da associação de moradores, que prevê a implantação de um “bosque lagunar, com a remoção de 460 famílias”.²

Da experiência no Projeto Pendotiba provêm o questionamento acerca dos limites e possibilidades da regularização fundiária, no sentido de atender às demandas efetivas das populações potencialmente beneficiárias da ação. Da apresentação do Projeto Bosque Lagunar surge a preocupação com o reconhecimento da heterogeneidade da população ocupante da localidade, e as conseqüentes dificuldades de encaminhamento de uma ação organizada no sentido de garantir a permanência e/ou a realocação satisfatória das famílias atingidas. Da conjugação dessas duas constatações se delinea o projeto da pesquisa em curso, da qual o presente trabalho representa um recorte específico. No bojo de uma investigação mais ampla acerca dos limites e possibilidades de protagonismo participativo das populações potencialmente beneficiárias, procura-se, nesse momento, explorar as formas concretas de luta e resistência já manifestas no contexto observado, reconhecendo as práticas e representações das populações em situação de precariedade habitacional. Com esse movimento procura-se avançar nas possibilidades de atendimento adequado às demandas efetivas dessas populações, tanto por parte dos movimentos sociais de luta pela moradia, quanto por parte dos poderes públicos envolvidos na questão.

Nesse sentido procura-se, primeiramente, resgatar dos momentos iniciais de expansão da ocupação em tela, os elementos que se prestem a contribuir para decifrar a complexidade desse contexto observado e da mencionada heterogeneidade. Tais fatores que se inscrevem de maneira bastante importante no teor da participação dos diferentes atores ali envolvidos e na condução de suas respectivas demandas.

Num segundo momento apresenta-se a trajetória da família Miranda, uma das pioneiras e mais extensas da ocupação, ressaltando-se as estratégias colocadas em prática pela matriarca, percebendo-as no interior de um jogo complexo, onde saberes e práticas se mesclam e se alternam, na busca dos melhores caminhos para as realizações de seus projetos habitacionais.

Por fim destaca-se como se orientam tais estratégias, a partir da consideração de sua inserção específica nas dinâmicas de um processo social concreto, onde uma família se movimenta ativamente na garantia de seu direito à moradia. Nesse sentido, propõe-se o reconhecimento dos determinantes

¹Tais dados numéricos foram retirados no “Relatório de visitas a órgãos públicos e entidades da SEAF/RJ.” Em trabalho apresentado pela equipe de coordenação do Projeto no XVII ENANPUR, consta que era prevista a titulação de 5.000 famílias. A divergência de dados não tem, no entanto, nenhuma implicação significativa para os fins deste artigo.

² PREFEITURA DE NITERÓI. *Memorial Descritivo Bosque Lagunar*. Mimeo. O documento foi disponibilizado para os presentes na reunião organizada pela Associação no ano de 2011, mas não tem data de produção. Foi apresentado à doutoranda – na época moradora da localidade – por ocupantes preocupados com a possibilidade da remoção.

de suas estratégias e seus respectivos desdobramentos, como formas específicas de exercício da participação e da cidadania. Destaca-se que tais formas, mesmo constituídas fora dos padrões usualmente reconhecidos de luta e resistência, vem garantindo efetivamente àqueles ocupantes, o direito de ali morar e permanecer.

1. Favela da ciclovia – origens e desdobramentos.

No início dos anos 1990 o movimento S.O.S. Lagoa, em defesa da Lagoa de Piratininga, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, experimentou um momento de especial efervescência, em função das discussões que se travavam a respeito do projeto de construção de uma ciclovia no entorno da Lagoa. Em linhas gerais, o grupo criticava o fato do projeto prever o aterramento da parte da orla da Lagoa que viria a ser transformada em ciclovia. Apesar de toda essa movimentação, durante o ano de 1992, a prefeitura investiu pesado na construção da ciclovia, sem, no entanto, ter chegado a concluí-la. Na parte “terminada” surgiu uma favela, cujos moradores respeitaram os limites impostos pela “ciclovia” e não invadiram, nem “permitiram” mais, a invasão do espelho d’água; na parte “abandonada” observou-se posteriormente a retomada das invasões ao espelho d’água da Lagoa, dessa vez promovidas por residências de luxo.

No processo da construção da ciclovia, que previa o aterramento da faixa marginal da orla da Lagoa, o nível dos “caminhos” (não eram bem ruas) transversais e da primeira paralela à futura via, ia sendo elevado - o que justificava a doação, por parte da prefeitura, de caminhões de aterro aos moradores dessas “ruas”, para que pudessem também elevar o nível de seus terrenos e prevenir problemas futuros com enchentes e alagamentos. Nesse processo de aterramento em “efeito dominó” (aterrava-se a orla da Lagoa e por isso era preciso aterrar também o seu entorno) surgiram terrenos que antes não existiam³, e criou-se uma situação em que a grilagem de terras passou a ser visualizada, por alguns ocupantes da localidade na ocasião, como possibilidade de melhoria de vida, pela perspectiva de poderem construir nesses terrenos e passar a viver do aluguel das casas.

Nesse contexto se encaixa a família Miranda⁴, oriunda de Natividade, cuja matriarca, D. Dalva Carvalho Miranda - mais conhecida como Vó Dalva – desempenhou papel de inegável importância no processo de crescimento da favela. Nas interações cotidianas com os funcionários das obras, Vó Dalva ia sempre conseguindo mais um caminhão de aterro, mais uma passada de retroescavadeira, e arrumando mais um terreninho, para mais um de seus filhos. Através de suas táticas e estratégias, aparentemente desprovidas de significado “político”, na medida em que se dirigiam unicamente a seu grupo familiar, Vó Dalva constrói, no entanto, sólida posição de influência na localidade, extensiva ainda a seus descendentes. Ao “término” (que, na verdade, foi um abandono) da obra da ciclovia, a

³ Na verdade, foi localizada posteriormente, uma planta de um loteamento ali previsto, embargado provavelmente por invadir a Lagoa. Os terrenos que foram surgindo com o aterramento da ciclovia eram identificados então com *pedaços* daqueles lotes. Dessa planta saíam as referências usadas por algumas famílias que se empenharam na legalização de seus terrenos através de usucapião.

⁴ Em virtude de constrangimentos ocorridos no decorrer do trabalho de campo, optou-se pela utilização de nomes fictícios, bem como dos locais de origem das famílias mencionadas.

família Miranda já possuía “muitas” casas⁵ na localidade e D. Dalva já havia “conseguido trazer” seus 17 filhos para Niterói.

Trajatórias e estratégias dos sujeitos num cotidiano de lutas.

Nenhum dos integrantes remanescentes da família Miranda se interessa pelo comparecimento às assembleias da Associação de Moradores, muito menos às Audiências Públicas de discussão do Plano Diretor Municipal (PDM). No entanto, uma observação mais cuidadosa revelou um alto grau de influência e uma posição de destaque no “cenário geopolítico” da localidade, ocupada pela família Miranda. D. Dalva Miranda é uma das personagens mais intrigantes da ocupação da ciclovia, e sua trajetória e de seus filhos marcam o contexto local. Porém, pelo fato de ser, ela mesma, D. Dalva, uma espécie de “especuladora imobiliária”, na medida em que seu pioneirismo na ocupação redundou na “propriedade” de vários imóveis (alguns, inclusive, posteriormente alugados), a possibilidade de envolvimento da família Miranda num movimento organizado de luta pela regularização fundiária, que resguardaria, por sua vez, os direitos dos moradores, se desenha de maneira muito remota. Curiosamente, no entanto, não se visualiza entre os ocupantes da localidade, nenhum indício de contestação com relação às ações de seu grupo familiar.

Se por um lado, as estratégias de D. Dalva, baseadas no convencimento acerca das necessidades dela mesma e de sua família, e por se pautarem na obtenção de ganhos materiais dirigidos ao seu próprio grupo, poderiam indicar a preponderância de relações personalizadas e despolitizadas, na luta por moradia - marcadas pelo prisma dos favores, em detrimento da busca por direitos; por outro lado, o que se observa efetivamente, é a constituição de uma posição de liderança por parte dos Miranda na localidade, geralmente dissociada de práticas desse tipo. Para avançar na compreensão dos mecanismos pelos quais, ações aparentemente despolitizadas e individualistas, redundam numa posição de liderança no interior da comunidade, encontra-se em Vilas Boas e Tarragoni (2015) uma reflexão bastante produtiva, acerca da “categoria política da necessidade”.

Um primeiro ponto a ser relativizado, e que as análises desses autores permitem compreender, é a oposição usualmente aceita sem questionamentos, entre a busca pelo atendimento de interesses individuais e a luta por direitos, associada por sua vez, ao bem-estar coletivo. A partir da observação de reuniões das Conferências Municipais de Mulheres em Recife, Vilas Boas pode concluir que

a personalização das reivindicações e das relações, não é contraditória com a busca de objetivos coletivos. Bem ao contrário, a ajuda pontual fornecida aos habitantes é percebida, pelo conjunto dos participantes, como um dos aspectos de sua missão que é defender a causa das mulheres, e mais amplamente, dos “direitos” juridicamente reconhecidos, mas aos quais o acesso permanece precário. Sob essa perspectiva, a evocação de situações individuais não se relaciona unicamente a uma cultura política clientelista, mas sobretudo a uma relação com o político onde a noção de “necessidade” ocupa um papel central e

⁵É a própria Vó Dalva que faz questão de não precisar a quantidade de casas que possuía, se questionada sobre o porquê de continuar pobre mesmo tendo sido “proprietária” de “tantos imóveis” na favela. Limita-se a dizer que “muitos ali dentro pegaram suas casas para morar e deixaram de pagar o aluguel”.

constitui um operador de explicitação do lugar ocupado pelo habitante dos bairros populares na organização política e social (p. 114 – tradução própria).

Nessa relativização das fronteiras entre o individual e o coletivo, entre a “cultura política clientelista” e a defesa de direitos, a análise da autora permite perceber como as apropriações singulares dos espaços de participação por parte dos sujeitos neles inseridos, e se fazendo valer de seus diferentes recursos, podem vir a operar um “deslocamento de sentidos”, tal como aponta Dagnino (2009) ao se debruçar sobre os desdobramentos da luta por maior participação da sociedade civil na esfera pública. Mas enquanto esta última credita aos diferentes projetos políticos em confronto nos dispositivos participativos, a capacidade de re-significar as noções que analisa, a saber, de sociedade civil, participação e cidadania, no estudo de Vilas Boas e Tarragoni, pode-se perceber como a operação de deslocamento de significados também ocorre em níveis microsociológicos e produz efeitos substantivos nos contextos onde se realizam. Nesse sentido é que se pode compreender a posição de liderança conquistada pela família Miranda, a despeito do caráter aparentemente individualista de suas estratégias de atuação na localidade. Através da re-significação do que seja propriamente o político, percebido não mais como incompatível com a busca de atendimento a interesses particulares, nem com o acionamento de estratégias baseadas na evocação da necessidade – compreendida nessa perspectiva como uma “categoria política central no meio popular” (VILAS BOAS E TARRAGONI, *op. cit.*, p. 117) – pode-se então analisar a atuação da família Miranda para além da imediata percepção de um “familismo amoral” (PUTNAM, 2000), muito distante, por sua vez, da possibilidade de obtenção de uma posição de liderança não contestada na comunidade.

Avançando na análise, recorre-se agora à noção de “projeto” (VELHO, 1994, p.40), para observar como a conduta de D. Dalva, na busca de melhores condições de vida para sua extensa prole, longe de se realizar de maneira instintiva ou improvisada, se constitui de maneira organizada e estratégica, no interior da qual, a necessidade vai então assumir a centralidade do processo. D. Dalva não deixa Natividade com seus 17 filhos “debaixo do braço” e “cai de paraquedas” na orla da Lagoa de Piratininga. Vai trazendo aos poucos, ocupando mais um terreno, construindo mais uma casinha e trazendo mais um; alguns já com suas próprias famílias vão morando e melhorando seus “barraquinhos”, outros ainda vão morar com ela mesma no começo, mas depois vão construir nos quintais de seus irmãos, de sua própria casa, e assim vão consolidando seu “projeto de melhorar de vida na cidade grande”. É uma conduta, sem dúvida “organizada”, muito embora não o seja nos moldes em que usualmente se pensa o termo “organização”. E a “categoria política” (VILAS BOAS E TARRAGONI, *id. ibid.*) da necessidade é o eixo principal da construção desse projeto, na medida em que as estratégias de D. Dalva, incluindo ainda seus filhos, são sempre baseadas na justificação de ser ela mesma e todos da sua família, aqueles “que precisam”, de mais um pouco de aterro, de mais um pouco de areia, de mais uns tijolinhos, de mais umas telhas de *Brasilit* e o que mais se apresentar ao alcance desses “necessitados”.

Na medida em que se trata invariavelmente de recursos advindos da prefeitura – mesmo que percorrendo caminhos distintos – a impressão imediata que se pode ter, é de estar-se diante de relações clientelistas, portanto despolitizadas e personalistas. No entanto, como destacam Vilas Boas e Tarragoni, ao observarem as diferentes formas que tomam o engajamento dos sujeitos nos dispositivos participativos por eles analisados, para ter acesso a tais recursos, “é preciso justificar uma necessidade individual, colocá-la numa escala, negociá-la com aquela de seu vizinho, dando provas de empatia, de solidariedade e reciprocidade, exprimindo-a publicamente e recorrendo a uma linguagem moral” (p.120). Nesse sentido, os autores concluem que

a necessidade, em sua abertura à alteridade, à publicidade e à política, se aproxima da busca por justiça. O indivíduo que deseja acessar os recursos públicos tem que se render ao “jogo” [...] Mesmo se suas intenções, durante todo esse processo, permanecem puramente estratégicas, o “jogo” da participação, é uma prova moral e pública, no sentido forte do termo. Se transpusermos essas considerações a um nível “macro”, seremos tocados pela maneira através da qual o prisma clientelista restitui a politização popular (*id.ibid.* – tradução própria).

A partir de uma tal perspectiva, observa-se mais uma vez aquele “deslocamento de sentidos” evocado por Dagnino (*op. cit.*), só que nesse momento, se dirigindo para as próprias noções de politização e clientelismo, revelando as contradições que se inscrevem nos processos reivindicativos das camadas populares. Se, por um lado, o aporte clientelista se presta a uma suposta desqualificação do engajamento dessas populações nos assuntos da esfera pública, por outro lado pode-se observar, operando no interior dessa relação, uma “cidadania horizontal” entre os “de baixo” (NEVEU, 2004), que permite a constituição de uma outra base sobre a qual se assenta o direito ao acesso, fundada ela mesma, não em trocas personalistas ou favorecimentos particulares, mas sim, conquistada e legitimada através da “construção social da necessidade” (VILAS BOAS E TARRAGONI, *op. cit.*). Nesse processo, os demandantes se desdobram em diferentes personagens, e não se limitam ao papel de “cliente” diante do “patrão”, revelando toda a riqueza dessa politização re-significada e dessa cidadania horizontalmente definida.

O episódio da venda da própria casa de D. Dalva, por um de seus filhos, demonstra também com bastante propriedade, como opera o acionamento da “necessidade” e, a partir desse, o engajamento da coletividade, num problema que, em princípio, seria relativo unicamente aos conflitos internos da família. A observação do episódio revela um processo de politização da comunidade, na medida em que se submete o caso particular ao domínio e escrutínio públicos. Entre as idas e vindas de D. Dalva no circuito Natividade/Niterói, tantas vezes percorrido em sua trajetória de busca por melhores condições de vida para sua família, um de seus filhos negocia a venda da própria casa da mãe a uma outra família recém-chegada de Cachoeiras de Macacu. Retornando à localidade e tomando conhecimento de que sua própria casa havia sido vendida, D. Dalva aciona mais uma vez o personagem da “necessitada” para reivindicar a retomada da parte dos fundos do terreno negociado, obtendo o apoio da comunidade e logrando sucesso na empreitada. Afinal, pela ação inescrupulosa de seu filho, aquela senhora “não tinha mais onde morar, e isso não era justo”. Nesse contexto, importa

também observar com cuidado, como opera o acionamento de personagens, pois longe de ser uma simples falsificação, a atuação dos sujeitos os expõe ao domínio público e convoca a coletividade a se engajar numa discussão e definição do que se configura, naquele contexto, como senso de justiça. Os diferentes papéis desempenhados por D. Dalva – ora sendo a matriarca que luta por moradia para seus filhos, depois a senhora fragilizada sem ter onde morar – se constituem no mecanismo através do qual suas demandas vão buscar legitimidade pública e apoio do coletivo. Nessa busca é preciso apresentar suas justificativas, argumentar sobre suas demandas e trabalhar no convencimento para ter suas reivindicações atendidas não apenas por simpatia ou compaixão, mas por uma percepção, conquistada diante da comunidade, de ser portadora do direito ao que reivindica. Como apontam Vilas Boas e Tarragoni:

É a transformação do ator estratégico em habitante, de habitante em vizinho, de vizinho em ator debatedor, que resume ela mesma, o processo de politização [das camadas populares]. É esse processo que é preciso fazer dialogar com os ‘aportes clientelistas’, numa tensão dialética que estrutura profundamente a participação popular (*id. ibid.* – tradução própria).

Mas como destaca Velho (*op.cit.*), os desejos de Vó Dalva, de propiciar uma condição mais confortável aos integrantes de sua extensa rede de descendentes, não se delineiam num vazio sociohistórico. Bem relacionada, tanto com as autoridades regionais como com as obras assistenciais locais, D. Dalva sempre teve também influência sobre o tráfico, já que, entre seus filhos e netos via de regra havia algum “trabalhando no movimento”. No entanto, apesar do “império” construído nos momentos iniciais do crescimento da favela e das boas relações com os três polos que atuam na comunidade, D. Dalva “não conseguiu” proporcionar uma vida mais “digna” nem aos seus descendentes nem a si mesma e segue nessa busca, desempenhando seu personagem: a Vó Dalva.

Participação, cidadania e clientelismo – entre práticas e representações

É da leitura de Goffman (1975) que se extrai a concepção dramaturgicada da vida social, em que os sujeitos são percebidos como atores, representando um papel:

Ao desenvolver o quadro de referência conceitual empregado neste trabalho foi utilizada a linguagem teatral. Falei de atores e plateias; de rotinas e papéis; de representações se realizando ou sendo mal-sucedidas; de insinuações, cenários e bastidores; de necessidades, habilidades e estratégias dramaturgicas. [...] Um personagem representado num teatro não é real, em certos aspectos, nem tem a mesma espécie de consequências reais que o personagem inteiramente inventado, executado por um trapaceiro. Mas a interpretação *bem-sucedida* de qualquer dos dois tipos de falsas figuras implica no uso de técnicas *verdadeiras*, as mesmas técnicas graças às quais as pessoas na vida diária mantêm suas situações sociais reais (1975, pp.232-3).

A personagem da Vó Dalva, encarna a materialidade de duas representações reunidas: a da mulher e do idoso. Nesse momento é importante destacar que desde a chegada da família Miranda ao local até os dias de hoje (portanto decorridos quase 30 anos), D. Dalva é “uma senhora idosa” aos olhos dos habitantes e profissionais que circulam naqueles espaços. Tal observação contribui para a compreensão da dimensão estratégica na “invenção do cotidiano” (CERTEAU, 2008) da vida na

comunidade. Muito embora fazendo questão de estabelecer uma distinção entre “táticas” e “estratégias” (*id. ibid.*, p.46), o que importa reter da contribuição do pensamento de Michel de Certeau para a análise em pauta, é a ideia de que, na vida cotidiana, os sujeitos estão permanentemente criando seus próprios contextos e espaços, (re) significando suas realidades, aparentemente já dadas e sob(re) as quais não teriam muitas escolhas – o que se torna especialmente frutífero para a compreensão de situações de precariedade material como as observadas em ocupações irregulares:

Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos [...] mas a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião”. Muitas práticas cotidianas [...] são do tipo tática. E também, de modo mais geral, uma grande parte das “maneiras de fazer”: vitórias do “fraco” sobre o mais “forte” [...] pequenos sucessos, arte de dar golpes, astúcias de “caçadores” (CERTEAU, *op. cit.* p. 47).

D. Dalva Miranda, em sua trajetória de mãe de 17 filhos, os quais “consegue trazer” para uma cidade onde visualiza melhores oportunidades do que as que lhe pareciam disponíveis em sua terra natal, o faz exatamente com uma “astúcia de caçadora”, “aproveitando a ocasião” da ocupação dos terrenos surgidos na orla da Lagoa com a construção da ciclovia. “Tira partido de forças que lhe são estranhas”, pois, com certeza não teve sozinha, de dentro de sua casa em Natividade, a súbita ideia de se mudar para Niterói invadindo terrenos em Piratininga. No bojo dessa sua “decisão”, incorporar os papéis de mãe e avó, construir e desempenhar seu personagem, combinando “elementos heterogêneos” advindos das representações sociais da mulher e do idoso, são “táticas” que dão forma substancial ao projeto familiar de “melhorar de vida”.

Como viu-se com Certeau, foram “oportunidades” que se abriram, e ela “astuciosamente” aproveitou, da maneira que foi possível, “combinando os elementos” de que dispôs. A esse contexto “pré-existente”, “repertório finito, mas com extenso elenco de combinações” Gilberto Velho (*op.cit.*, p.28) chama de “campo de possibilidades”: dimensão que, ao mesmo tempo em que constrange, pelo seu caráter produzido - na própria dinâmica da interação indivíduo/sociedade - deixa sempre também uma “margem de manobra” ao sujeito.

Não são, no entanto, atores-sujeitos na sua plenitude, utilizando o livre-arbítrio. São empurrados por forças e circunstâncias que têm de enfrentar e procurar dar conta. [...] Esse fazer e refazer de mapas cognitivos é permanente, com implicações imediatas na autopercepção e representação individuais. [...] Os *projetos* individuais sempre interagem com outros dentro de um *campo de possibilidades*. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de *projetos* diferentes, até contraditórios (VELHO, *op. cit.* p. 46).

Dessa forma pode-se perceber então, como se torna estratégico, para D. Dalva, transitar entre os papéis da mulher forte e “guerreira”, que consegue trazer seus 17 filhos do interior, e o da “senhora idosa”, frágil, que necessita de toda a “ajuda” que possa obter, seja de instituições governamentais, seja de políticos clientelistas, dos vizinhos ou de organizações não governamentais que eventualmente atuem na localidade. Cada um desses sujeitos tem também seus projetos, que vão interagir com as “táticas” de D. Dalva dentro dos respectivos campos de possibilidades.

O acionamento de um papel (mulher forte guerreira) ou outro, (senhora idosa frágil) varia conforme o “jogo e interação”, a “natureza e a dinâmica” do campo. A opção por um ou por outro não necessariamente ocorre de forma deliberada e nem mesmo excludente, mas responde a uma percepção pré-reflexiva das representações sociais da mulher e do idoso. O acionamento do personagem “senhora idosa”, por exemplo, conjuga as duas no que trazem da condição de “fragilidade”. O acionamento do personagem Vó Dalva, por outro lado, produz naquele contexto, o efeito de respeitabilidade e, nesse sentido, põe em destaque a dimensão “forte e guerreira” de sua trajetória, também associada a representações sociais da mulher.

Para entender melhor o acionamento de papéis por parte dos sujeitos, nas dinâmicas de interação do “campo de possibilidades”, auxilia-nos a noção de espaço social de Bourdieu. Para este autor, o espaço social se caracteriza como um campo de forças e um campo de lutas, e os resultados das lutas vão depender das posições ocupadas pelos sujeitos no campo de forças. Tais posições não são fixas, vão variar de acordo com a luta em questão, e a constituição dos grupos de força vai se dar de maneira artificialmente construída, especificamente para aquela situação. Assim temos que, numa luta em que está em jogo a garantia de um direito social ao idoso, as “identidades de idoso” de todas as pessoas que possuam as características necessárias para acioná-la, devem ser acionadas para a constituição de um grupo, artificialmente homogeneizado, no sentido de conquistar, através da luta no campo, a “vitória” para os idosos. Terminada esta luta, os mesmos sujeitos podem vir a acionar outros “personagens”, igualmente “contidos” em sua “identidade”, em função de outras lutas que surjam. Dessa forma, o idoso da outra luta, pode se fixar no deficiente da próxima luta, se o que estiver em jogo agora for a garantia de um direito social ao deficiente e o mesmo sujeito possua também características compatíveis com tal identidade. E nesse novo grupo forjado – o dos deficientes – compartilhará o espaço com outros deficientes não-idosos, o que não retira sua condição de idoso. Bourdieu enfatiza, e muito apropriadamente, que a constituição de um grupo social não é um processo “natural”, é resultado de um trabalho de acionamento de identidades, e destaca as variáveis que podem atuar na maior ou menor eficácia dessas construções.

O trabalho simbólico de *constituição* ou de consagração necessário para criar um grupo unido (imposição de nomes, de siglas, de signos de adesão, manifestações públicas etc.) tem tanto mais oportunidades de ser bem-sucedido quanto mais os agentes sociais sobre os quais ele se exerce estejam inclinados – por sua proximidade no espaço de relações sociais e também graças às disposições e interesses associados a essas posições – a se reconhecerem mutuamente e a se reconhecerem em um mesmo projeto (político ou outro) (1989, p.51).

No momento de constituição da ocupação irregular da orla da Lagoa de Piratininga, D. Dalva Carvalho Miranda era uma mãe de 17 filhos que precisava prover moradias para sua prole. Através dessa identidade era possível “sensibilizar” as “autoridades” locais para ir conseguindo mais um “terreno” e mais um pouco de aterro, mais um pouco de tijolo, mais um pouco de areia... Nesse jogo, D. Dalva conta com seu próprio grupo: seus 17 filhos, eventuais noras, genros e netos. Para esse “interesse” – o de ocupar terrenos e construir moradias –, a família constitui o “grupo unido”. Mas

no decorrer da vida cotidiana num espaço de muita precariedade, outros interesses se impõem, e é preciso se movimentar em busca de outras alianças, num fazer e refazer de identidades. Assim surge o personagem da Vó Dalva, responsável pela imposição de respeito diante da crescente violência imposta nesses contextos pelos responsáveis pelo comércio ilegal de entorpecentes. Não mais uma mãe, mas agora uma avó – personagem que conjuga mais um elemento da identidade feminina – traça suas estratégias, aciona suas táticas, procurando através dessa construção identitária, visualizada como oportuna para esse objetivo, acumular “capital político” (BOURDIEU, 1989, p. 28) conquistar “poder simbólico”(id.). O personagem da avó, neste contexto específico, adquire maior poder simbólico ainda por sua ascendência sobre os demais elementos femininos de identidade: se entre suas filhas e noras muitas podem também acionar o papel de mulher e mãe, até uma certa data, apenas D. Dalva pode ocupar a posição de avó - o que garante, de certo ponto, vantagem na liderança do grupo familiar, vantagem essa que se “espalha” para outros momentos em que há necessidade do acionamento da posição de líder. Assim, por exemplo, num episódio envolvendo a ameaça de remoção de um contêiner utilizado por um de seus filhos no “negócio” de “ferro-velho”, toda a família se posiciona diante do artefato, mulheres e crianças na frente, como peões num tabuleiro de xadrez, e Vó Dalva ao lado do filho, numa atitude de resistência.

Mas como enfatiza Bourdieu, o campo (de possibilidades, na terminologia de Velho) é um campo de lutas, e a constituição das alianças se dá a partir das necessidades específicas de cada luta, e nem o acionamento da identidade familiar garante homogeneidade permanente à constituição dos grupos de força. Assim é que na luta específica com relação à questão da moradia, em função de diferentes trajetórias habitacionais, os membros da família já não se constituem num bloco homogêneo para construir um grupo de força. Como alguns de seus filhos casados tiveram a oportunidade de construir nos terrenos das famílias de suas esposas, dispuseram para o aluguel suas moradias originais – conquistadas pelas táticas e estratégias de D. Dalva. Nesse sentido não interessa a esses um programa de regularização fundiária, que não titula imóveis para locação. Por outro lado, para os que permanecem nas mesmas casas e desenvolveram atividades profissionais na localidade, a luta deve ser pela regularização, que atua no sentido do fortalecimento da possibilidade de permanência. Mas ainda para aqueles cujas famílias se reproduziram, sem que houvesse possibilidade de construção de novas habitações, interessaria então a realocação para novas unidades habitacionais onde o problema do adensamento seria contemplado com solução.

Através de uma análise nesses termos percebe-se então, como as diferentes posições ocupadas pelos sujeitos no interior de uma situação específica, atuam no sentido das escolhas dos papéis e das estratégias que vão sendo acionadas nos seus respectivos projetos. Compreende-se igualmente a heterogeneidade das demandas e das diferentes formas de engajamento na luta que experimentam os moradores de áreas destinadas a remoção. Pois o que pode parecer à primeira vista como alienação e/ou fragmentação na busca pelo bem coletivo, passa assim a ser considerado em sua racionalidade específica, em que as noções cristalizadas de participação, cidadania e clientelismo precisam ser ressignificadas para dar conta da complexidade do contexto observado.

Considerações finais

A família Miranda representa de maneira paradigmática os modos de participação e engajamento em lutas cotidianas que caracterizam os ambientes de precariedade habitacional. Através do acionamento de papéis e personagens, em suas táticas e estratégias, em sua conduta organizada, muito embora se possa observar uma permanente fluidez entre a atitude cidadã e a não-cidadã (de uma perspectiva ortodoxa de cidadania), constroem assim um ponto de interseção no que se poderia definir como uma “cidadania possível”.

Os elementos revelados, a teia desfiada, que as abordagens aqui trabalhadas permitem desvendar acerca das ideias de participação popular, cidadania e clientelismo, se prestam, portanto, a uma melhor compreensão da fluidez e das contradições nas formas concretas de atualização dessas noções, bem como acerca da própria natureza desses conceitos enquanto objetos de estudo. Nesse movimento, no entanto, não se julga oportuno perder de vista regularidades, estruturas consolidadas de classificação e significação que perpassam essa fluidez e se inscrevem nas práticas dos sujeitos e nos sentidos que os mesmos atribuem a elas. Assim torna-se possível destacar elementos dessa participação e dessa cidadania ressignificadas que, ao mesmo tempo em que se prestam ao diálogo com maneiras mais usualmente encontradas de compreensão das noções, também permitem colocá-las à prova, consolidando, problematizando e/ou se contrapondo a elas. Dessa forma se acumula e se refina o conhecimento acerca das formas concretas de manifestação desses comportamentos. Pois trata-se precisamente dessa, a razão de ser da construção analítica: atuar no sentido da compreensão ao mesmo tempo alargada e aproximada da realidade sobre a qual se debruça.

Com esse alargamento de sentidos, demonstrado agora com relação às noções de participação, cidadania e clientelismo, pretende-se contribuir então, tanto com a condução dos movimentos sociais por parte de suas lideranças, como com as instâncias formuladoras de políticas públicas para famílias em situação de precariedade habitacional, apresentando uma compreensão mais “aprofundada” dos comportamentos dessas populações. Nessa contribuição está contida a crença de que não seria produtivo prescindir de sua participação, nem tampouco encampar avaliações normativas sobre suas atitudes baseadas em alianças voláteis. Ao se debruçar sobre esse conjunto de práticas e códigos procura-se identificar de maneira mais refinada, porque mais aproximada, os elementos constitutivos desses comportamentos e apresentar essa identificação⁶ como instrumento de ação política e mobilizações sociais.

Referências bibliográficas

⁶ A respeito da importância do procedimento de *identificação* observa-se em Birman (2008) que “a forma de identificar pessoas e grupos não é uma atividade inócua, principalmente [levando-se em conta] quem produz [as] identificações” (p.100). No caso dos moradores de favela fica mais evidente ainda, como o procedimento de identificação não se trata mesmo de uma “atividade inócua”, na medida em que tal identificação sempre termina por “servir” a alguma outra instância (agências governamentais, ONGs, sociedade civil), que a partir dela vai traçar suas perspectivas de atuação na favela.

BIRMAN, Patrícia. “Favela é comunidade?” In: Machado da Silva, Luís Antônio. (org.) *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papiros, 1996.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

NEVEU, Catherine. Les enjeux d'une approche anthropologique de la citoyenneté. In: *Revue européenne des migrations internationales*. Vol.20 – n°3/2004.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia - A Experiência Da Itália Moderna*. FGV Editora, 2000.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1994.

VILAS-BOAS, M.H. & TARRAGONI, F. Le concept de clientélisme résiste-t-il à la participation populaire? Une comparaison Brésil-Venezuela. In. *Critique internationale*, França, n. 68, p. 103-124, 2015.

Recebido em: 16 de abril de 2018

Aceito em: 13 de agosto de 2018